

Sarney prevê votação das reformas até novembro



Jane de Araújo

Presidente do Senado recebe de João Paulo Cunha o texto da reforma tributária

A proposta de reforma tributária vai tramitar no Senado “no mesmo clima e com a mesma eficiência” observados na Câmara, mas com a marca do interesse especial que os senadores têm pelo assunto. A afirmação foi feita ontem pelo presidente do Senado, José Sarney, ao receber do presidente da Câmara, João Paulo Cunha, o texto aprovado pelos deputados. Segundo Sarney, os governadores serão interlocutores na discussão da proposta, “como responsáveis pelas unidades da Federação”.

PROJETO Entre Ramez Tebet, Jefferson Péres e Virgílio Guimarães, João Paulo Cunha entregou documento a José Sarney

Comissão de Justiça aprova parecer de Viana

Mercadante diz que negociações vão continuar

Líderes debatem na quarta-feira com governadores

Páginas 3 a 5

CPI do Banestado fará diligências em 8 cidades

Os integrantes da CPI do Banestado decidiram ontem criar oito subcomissões para investigar os casos de evasão de divisas no país. Serão feitas diligências no Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba, Foz do Iguaçu, São José do Rio

Preto, Campinas, Belo Horizonte e Montevideu. O trabalho das subcomissões terá como base de apoio as assembleias legislativas ou as câmaras de vereadores, segundo informa o relator da CPI mista, deputado José Mentor.

Página 7



CONGRESSO NACIONAL
180 ANOS

Secretário da Bahia diz que estados estão falidos

Página 2

Sibá, Fátima, Capiberibe e Ideli criticam MP da soja

A decisão do governo Lula de editar medida provisória liberando no país o plantio de soja geneticamente modificada foi criticada por quatro senadores. João Capiberibe aponta “pressões ilegítimas” de agricultores gaúchos, en-

quanto Fátima Cleide condena o lobby da empresa Monsanto. Ideli Salvatti adverte para prejuízos dos produtores catarinenses, e Sibá Machado diz que presidente da Federação da Agricultura do Rio Grande do Sul defende crime.

Página 8

Secretário da Fazenda da Bahia diz que estados estão falidos

■ Presidente do Confaz, Albérico Mascarenhas informou que há sete casos de dívidas que superam receitas

O secretário da Fazenda da Bahia e presidente do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), Albérico Mascarenhas, disse que sete estados não se enquadraram às normas previstas na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), ao apresentarem endividamento superior a duas vezes suas receitas líquidas anuais.

Em depoimento na Subcomissão da Dívida Pública, o se-



Rosângela Pinheiro

SOLUÇÃO César Borges diz que Senado é última esperança para modificar a reforma tributária

cretário afirmou que o maior problema, porém, é a vinculação orçamentária dos recur-

sos estaduais. Ele lembrou que os estados, hoje, são obrigados a gastar, de sua receita, 25% com educação; 12% com saúde; até 38% com pessoal; 13%, no mínimo, com pagamento de dívidas; 1% com cobrança do Pasep; e mais 1% com o custeio dos outros Poderes.

– Alguns estados estão com mais de 100% do orçamento vinculado. São obrigados a superestimar receita para poderem fazer o orçamento e cortar depois. Eles não têm nenhuma possibilidade de obedecer à Constituição – advertiu ele.

De acordo com o presidente do Confaz – que congrega secretários estaduais da Fazenda de todo o país –, os estados de

Goiás, Maranhão, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e São Paulo excederam o limite imposto pela LRF. Ele afirmou ser impossível que esses estados cumpram a legislação atual.

Mascarenhas disse que a meta da LRF tornou-se impossível de ser cumprida porque 65% dos contratos das dívidas estaduais são corrigidos pelo Índice Geral de Preços – que teve correção de 34% apenas no ano passado – e pelo câmbio, que sofreu enorme desvalorização. Para o presidente da subcomissão, César Borges (PFL-BA), o Senado é “a última esperança, a última trincheira” para modificar a reforma tributária.



Célio Azevedo

FUNÇÃO BÁSICA Setor bancário deve fomentar a economia, defende Valmir Amaral

Valmir Amaral cobra incentivos dos bancos

Com a tendência de queda nas taxas de juros e de estabilidade do câmbio, disse o senador Valmir Amaral (PMDB-DF), o setor bancário deverá ser obrigado a cumprir com maior ênfase sua função básica de fomento à economia.

Para ele, é necessário que o Banco Central coloque em prática, de imediato, os mecanismos necessários destinados a incentivar maior compatibilidade entre as taxas de juros e os níveis de inadimplência, para que se possam privilegiar os que necessitam de crédito para suas atividades e que melhor honram os seus compromissos.

– Um aprimoramento que deve ser objeto de urgente avaliação pelo Banco Central é a questão da segmentação do crédito pelas diversas modalidades – disse.

Valmir Amaral destacou a necessidade de as taxas de juros privilegiarem os bons pagadores, para que não se mantenham, “como atualmente, sob a regência perversa da oferta e da demanda de recursos pelos tomadores de empréstimos, o que é nitidamente o caso do cheque especial e da conta garantida”, alertou Valmir Amaral.

Inpi

O senador pelo Distrito Federal também denunciou a crise financeira e administrativa enfrentada pelo Instituto Nacional de Propriedade Industrial (Inpi). Para ele, o órgão é moroso. A emissão, por exemplo, de uma carta-patente pode levar seis anos ou mais, e um simples pedido de registro de marca demora mais de quatro anos para ser examinado.

Valmir Amaral informou que o Inpi, “de vital importância para a ciência e tecnologia brasileiras”, se encontra desparelhado. Por isso, defendeu a revitalização do instituto.

Voto de pesar pela morte de professor de GO

O Senado encaminhará voto de pesar e condolências à família do advogado, professor e ex-reitor da Universidade Federal de Goiás (UFG), Jerônimo Geraldo de Queiroz, que morreu na última quarta-feira, aos 86 anos, vítima de enfarte. O requerimento propondo as homenagens foi apresentado em Plenário pelo senador Papaté Paes (PMDB-AP).

Nascido em Campina Verde, no estado de Minas Gerais, Jerônimo Queiroz chegou a Goiânia em 1952, onde deu início à sua atuação na área acadêmica. Por duas vezes foi reitor da UFG, no período da ditadura militar. O professor também era escritor e membro da Academia Goiana de Letras.

Agenda



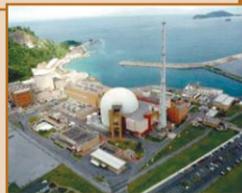
Atividades em Plenário começam às 9h

As sessões de hoje, às 9h, e de segunda-feira, às 14h30, serão para comunicados e pronunciamentos dos parlamentares. Os primeiros inscritos para subir à tribuna são Patrícia Saboya (PPS-CE) e Heráclito Fortes (PFL-PI).

Tecnologia nuclear em debate na Câmara

Nas próximas terça e quarta-feira, a Câmara promove, no Auditório Nereu Ramos, o seminário “Tecnologia Nuclear – Soberania e Desenvolvimento”, que vai discutir aspectos econômicos, sociais e

políticos do programa nuclear brasileiro. São esperados para o evento os ministros da Defesa, da Ciência e Tecnologia, do Planejamento e a ministra de Minas e Energia.



Cultura brasileira na TV Senado

O programa *Memória Brasileira*, exibido pela TV Senado hoje, às 18h30, faz homenagens ao compositor Carlos Gomes, autor do clássico *O Guarani*; a Machado de Assis, grande escritor brasileiro do século 19; e a José Lins do Rego, autor de *Menino de Engenho*, entre outras obras.

Atendimento ao cidadão

O serviço A Voz do Cidadão, da Subsecretaria de Relações Públicas do Senado, recebe ligações da população no telefone 0800-612211, durante 24 horas. A Câmara dos Deputados também oferece esse atendimento ao cidadão, por meio do Disque Câmara, no telefone 0800-619 619.

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Paulo Paim
2º Vice-Presidente: Eduardo Siqueira Campos
1º Secretário: Romeu Tuma
2º Secretário: Alberto Silva
3º Secretário: Heráclito Fortes
4º Secretário: Sérgio Zambiasi
Suplentes de Secretário: João Alberto Souza, Serys Slhessarenko, Geraldo Mesquita Júnior, Marcelo Crivella

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Secretaria de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin, José do Carmo Andrade e Sylvio Guedes
Diagramação: Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Cirilo Quartim
Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333

Agência Senado

Diretor: Antonio Caraballo (61) 311-3327
Chefia de reportagem: Helena Daltro Pontual (61) 311-1151 e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670
Edição: Marcos Magalhães e Néelson Oliveira (61) 311-1667

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

REFORMAS

José Sarney afirma que o Senado votará a proposta de reforma tributária "no mesmo clima e com a mesma eficiência" observados na tramitação da matéria na Câmara dos Deputados



OBJETIVO Para Maria do Carmo, Congresso tem a chance de melhorar projeto do governo

Maria do Carmo quer reforma tributária justa

A senadora Maria do Carmo Alves (PFL-SE) reivindicou ontem uma reforma tributária mais justa, que corrija os desníveis regionais e promova uma partilha de recursos entre os estados compatível com os interesses da nação.

Ela manifestou sua confiança de que o Senado saberá honrar suas tradições, aperfeiçoando a proposta de reforma tributária aprovada na Câmara dos Deputados, transformando-a em instrumento essencial à competitividade das empresas. A discussão do projeto de reforma no Congresso é o momento oportuno, segundo ela, para uma mudança de rumos.

– Trata-se de uma oportunidade rara para corrigirmos os desvios de uma política tributária que promoveu maior concentração de receita na União, em detrimento de estados e municípios, agravando as desigualdades regionais – concluiu.

Em aparte, os senadores Almeida Lima (PDT-SE), Ney Suassuna (PMDB-PB) e Ramez Tebet (PMDB-MS) concordaram com a análise de Maria do Carmo sobre os fatores que resultaram no aumento das desigualdades regionais. Para César Borges (PFL-BA), é fundamental preservar a possibilidade de os estados recorrerem às isenções do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) para levar desenvolvimento para seus territórios.

Já o senador Mão Santa (PMDB-PI) afirmou que o governo propôs uma reforma tributária que vai diminuir a renda *per capita* do nordestino, que passará de um quarto da renda paulista para um sexto.

Sarney prevê conclusão de votações até novembro

O presidente do Senado, José Sarney, recebeu ontem, das mãos do presidente da Câmara, deputado João Paulo Cunha (PT-SP), o texto da reforma tributária aprovado por aquela Casa. Sarney cumprimentou o deputado pelo trabalho realizado e afirmou que dentro de dois meses os senadores terão aprovado a proposta, bem como a reforma da Previdência.

– Até o final de novembro teremos as duas reformas aprovadas: a da Previdência, na primeira quinzena de outubro, e a tributária, em novembro. São leis de grande interesse, que a nação aguarda para a retomada do crescimento – afirmou.

Sarney disse que, no Senado, a reforma tributária vai tramitar "no mesmo clima e com a mesma eficiência" observados na Câmara, mas com a marca do interesse especial que os senadores têm pelo assunto.

– O Senado é a Casa da Federação, por isso a reforma tributária desperta aqui muito interesse e a necessidade de uma



EXPECTATIVA Segundo Sarney, a nação aguarda, com as reformas previdenciária e tributária, a retomada do crescimento econômico

participação mais profunda.

Para o presidente do Senado, os governadores serão "interlocutores legítimos" na discussão da reforma tributária, como responsáveis por cada unidade da Federação. "Portanto, devemos ouvi-los, mas fazer a reforma que seja do interesse do país", observou.

O deputado João Paulo este-

ve acompanhado pelo relator da matéria, deputado Virgílio Guimarães (PT-MG), e o colégio de líderes, e disse que considera o texto aprovado como "o pontapé inicial para a reforma que o Senado quer oferecer à sociedade", tendo enfatizado que o processo de votação da matéria fortaleceu a Câmara, o Parlamento e a sociedade.

Reunião com governadores será na quarta

A primeira reunião de líderes partidários do Senado e governadores para discussão da reforma tributária será às 14h de quarta-feira, informou ontem o líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante (PT-SP). A reunião foi pedida pelos próprios governadores, que na véspera se reunirão com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

– Vamos começar o diálogo com os governadores, tentando superar as tensões que a reforma tributária provocou na Câmara. Essa reforma será mais negociada no Senado que a da Previdência – afirmou.

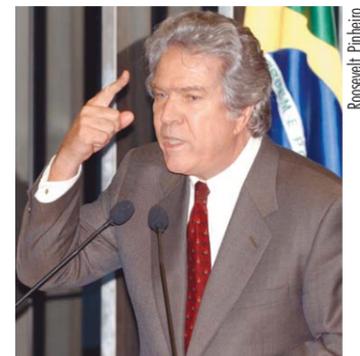
Para Mercadante, a relatoria deverá ser entregue a um parlamentar do PMDB, apesar da reivindicação do PFL. Os pefe-

listas entendem que, por rodízio na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), agora é deles a vez de relatar uma reforma constitucional importante.

– É um assunto do presidente da CCJ, senador Edison Lobão, mas entendemos que cabe ao PMDB relatar essa reforma – frisou.

Guerra fiscal cresce, afirma Hélio Costa

Dispositivo da reforma tributária aprovada na quarta-feira pela Câmara dos Deputados está acirrando a guerra fiscal entre os estados, advertiu ontem o senador Hélio Costa (PMDB-MG). Ele disse que o relatório do deputado Virgílio Guimarães (PT-MG) foi alterado para garantir os benefícios fiscais concedidos para atração de empresas até o dia 30 de setembro – pelo texto original a data limite era 31 de julho. Com a alteração, afirmou Hélio Costa, houve uma corrida dos estados para atrair empresas. Depois de 30 de setembro, a ser mantido no Senado o texto da Câmara, não poderá haver novos benefícios. O senador lembrou que a manutenção desse dispositivo acarretará prejuízos de até R\$ 2 bilhões. – A mudança tem intensificado a guerra fiscal, em prejuízo notadamente de Minas Gerais. Sofrem mais as regiões do Triângulo Mineiro e do sul de Minas, na fronteira com São Paulo, sempre acossadas por caçadores de empresas, oferecendo subsídios, vantagens e concessões – advertiu. O senador manifestou confiança de que o Senado reveja o texto. Ele anunciou que apresentará emenda corrigindo o que considera um erro, que atenta contra a própria reforma tributária. – Um dos objetivos da reforma é justamente acabar com a guerra fiscal. Temos que respeitar as fronteiras econômicas entre os estados – afirmou Hélio Costa.



COMPETIÇÃO Dilação de prazo para benefícios fiscais acirra disputa, diz Hélio Costa

Alguns pontos da reforma tributária

Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)

Legislação será única e federal, com alíquota máxima de 25%. Alimentos de primeira necessidade e os medicamentos de uso humano terão alíquota mínima. No caso das operações interestaduais, haverá uma transição para a cobrança do imposto no destino da mercadoria ou do serviço, que será a regra.

Incentivos fiscais

Os incentivos fiscais concedidos a empresas até 30 de setembro de 2003 ficam prorrogados por 11 anos. Depois da promulgação da futura emenda constitucional, não poderão ser concedidos novos incentivos.

Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF)

A contribuição provisória foi mantida até 31 de dezembro de 2007, com alíquota de 0,38%.

Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide)

A proposta aprovada define a repartição da contribuição. O governo repassará aos estados 25% da arrecadação para o financiamento de programas de infra-estrutura de transportes. Desse montante, os estados repassarão 25% aos municípios, segundo critérios estabelecidos em lei.

Fundo de Desenvolvimento Regional

A proposta aprovada determina que governo irá destinar 2% da arrecadação do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e do Imposto de Renda para financiar programas de desenvolvimento nas regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste, estado do Espírito Santo, noroeste do estado do Rio de Janeiro e a área de Minas Gerais abrangida pelo semi-árido.

PREVIDÊNCIA

Líder do governo no Senado exalta "coesão governista" na votação do relatório do projeto pela CCJ e reafirma os quatro pontos que considera passíveis de mudança na reforma



REAÇÃO Almeida Lima argumenta que foi impedido de proferir voto em separado na CCJ

Almeida Lima pede anulação ao Supremo

Ao manifestar, em Plenário, sua indignação por ter sido impedido de ler voto em separado na reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) que aprovou o parecer do senador Tião Viana (PT-AC), o senador Almeida Lima (PDT-SE) anunciou que vai ingressar com mandado de segurança junto ao Supremo Tribunal Federal (STF) para que todas as decisões tomadas após o incidente sejam anuladas.

Durante a reunião, Romero Jucá (PMDB-RR) apresentou questão de ordem para que os votos em separado, a partir daquele instante, fossem considerados dados como lidos. O presidente da comissão, Edison Lobão (PFL-MA), por não encontrar amparo regimental para o pedido, rejeitou a questão de ordem. Jucá recorreu da decisão ao plenário da CCJ, que aprovou sua solicitação.

—O direito de ler meu voto em separado, que é conferido pelo próprio Regimento da Casa, me foi negado. Tal fato não se viu sequer no período da ditadura militar. Parece que hoje algumas lideranças da Casa têm saudades daquele período, quem sabe até porque dele tenham participado tão efusivamente — afirmou Almeida Lima.

Ele informou que, após ter sido impedido de proferir seu voto, ter registrado seu protesto e ter comunicado que recorrerá da decisão ao Judiciário, deixou a sala da comissão. Em apertes, Almeida Lima recebeu solidariedade de César Borges (PFL-BA), Mão Santa (PMDB-PI), Tasso Jereissati (PSDB-CE), Heloísa Helena (PT-AL) e Arthur Virgílio (PSDB-AM).

Mercadante garante que negociação vai continuar

O líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante (PT-SP), afirmou ontem que o governo continuará negociando a reforma da Previdência nos quatro pontos mais reivindicados pelos senadores. Para ele, a votação da reforma da Previdência na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) mostrou coesão da base do governo e de seu maior aliado, o PMDB.

— Para nós, isso é importante e é fundamental no processo legislativo. Agora, estamos seguros da coesão da base governista — observou.

Na CCJ, votaram com o governo não só os partidos da base (PT-PSB-PL), mas também os seis senadores do PMDB na comissão.

Mercadante lamentou que a votação na CCJ tenha se polarizado numa disputa pura e simples entre governo e oposição, quando o interessante para o país seria uma discussão profunda da reforma da Previdência. Conforme o líder, o governo quer acelerar ao máximo a tramitação dessa reforma,



SERVIDOR Mercadante disse que regra de transição é um "problema sério e difícil"

porque a reforma tributária já chegou ao Senado e vai exigir intensas negociações dos senadores.

Pontos de negociação

Os quatro pontos que o governo admite negociar são os subtetos salariais a serem aplicados aos estados; o aumento do limite de isenção da alíquota previdenciária de 11% para aposentados por invalidez com mais de 70 anos ou com doen-

ças incapacitantes; controle social das previdências no país (com maior abertura à fiscalização); e flexibilização das regras para funcionários que estão perto da aposentadoria e serão obrigados a trabalhar mais cerca de sete anos.

Sobre os subtetos, Mercadante descartou a criação de apenas um nível para todos os poderes dos estados, como propõe o PFL. Uma das idéias em discussão permitiria que nos Executivos estaduais o teto visse a ser fixado entre o valor do salário do governador e o salário de desembargador (este, limitado pela reforma a 90,25% do salário de ministro do Supremo Tribunal Federal).

Já a transição entre o atual e o novo sistema de aposentadorias do serviço público "é um problema sério e difícil", pois em boa parte dos estados a idade média dos funcionários é elevada e qualquer alteração na regra aprovada pelos deputados afetará as finanças estaduais. "Existe alguma esperança nessa flexibilização", ponderou.

Líder pretende mudar Regimento Interno

O senador Aloizio Mercadante (PT-SP) informou que o governo vai propor um acréscimo ao Regimento Interno da Casa, destinado a limitar o tempo destinado aos senadores que apresentam e defendem votos em separado nas comissões (relatório alternativo). Hoje, o regimento é omissivo quanto a esse tempo.

A intenção é evitar a repetição de fatos como o da reunião da Comissão de Constituição,

Justiça e Cidadania (CCJ), na noite de quarta-feira e madrugada de ontem, quando as oposições usaram a leitura de votos em separado para obstruir a votação do relatório da reforma da Previdência.

— Do jeito que está, foi dito que um senador pode ler a Enciclopédia Barsa para atrasar uma votação e isso é verdade — sustentou Mercadante.

O líder alega que os senadores da base governista queriam

discutir a reforma da Previdência na CCJ, mas o tempo "foi quase todo usado" na leitura de sete votos em separado.

— Houve inclusive a intenção de se ler dois votos em separado idênticos, com mudança apenas no título — acrescentou.

A idéia do governo, explicou, é continuar oferecendo espaço e tempo para os votos em separado, geralmente acompanhados de pareceres contrários ao do relator da matéria.



URGÊNCIA Para Efraim Morais, população precisa de Justiça ágil, acessível e transparente

Efraim cobra a reforma do Poder Judiciário

O senador Efraim Morais (PFL-PB) conclamou o Congresso a retomar, sem paixões, o debate em torno da reforma do Judiciário, por entender que a população precisa de uma Justiça ágil, acessível e transparente. Ele frisou que só será possível chegar a esse objetivo "se forem respeitadas a independência e harmonia entre os Poderes e rechaçados os impulsos totalitários do Planalto".

Na avaliação de Efraim, até o próprio Executivo quer fazer a reforma do Judiciário, tanto que, para isso, já constituiu grupo de trabalho para estudar uma total reformulação da Justiça brasileira. Ele citou reportagem do jornal *Valor Econômico*, dando conta de que o Executivo pretende até fixar mandatos máximos de dez anos para ministros do Supremo Tribunal Federal (STF).

Ele afirmou que pior do que essa intenção é o fato de o Executivo estar disposto a empreender mudanças sem consultar o Legislativo, nem tampouco o próprio Judiciário. Ele lembrou ser prerrogativa do Congresso estudar e propor diretrizes para a reforma do Judiciário.

Efraim protestou ainda contra a tática do "rolo compressor" que, segundo ele, o governo usou na Comissão de Justiça, para aprovar o parecer sobre a reforma previdenciária. Ele afirmou não ter havido derrota dos partidos de oposição — PFL, PSDB e PDT —, pois esses "saíram ainda mais unidos".

— Quem perdeu foi o PT, que está comandando esse verdadeiro confisco do dinheiro de aposentados, funcionários públicos e viúvas indefesas — sustentou o parlamentar.

Virgílio critica proposta e vê intolerância

O líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio (AM), criticou a intenção do líder do governo, Aloizio Mercadante, de propor mudanças no Regimento Interno do Senado para limitar o tempo destinado nas comissões à apresentação e leitura de votos em separado.

— Deploro um governo que,

após seu primeiro embate, quer mudar o Regimento Interno — afirmou.

No entanto, apesar de "ter perdido a confiança no governo", o líder oposicionista disse que discutirá o assunto, se ele for apresentado.

Arthur Virgílio acrescentou que está "começando a acreditar que esse pessoal teria sido pior que os

ditadores do regime militar se tivesse chegado ao poder no lugar deles. Esse pessoal é mais intolerante".

— Atentem para o desejo recôndito dessa gente de impedir que as idéias fluam no país. A imprensa, que preza sua liberdade, deveria prestar atenção nisso — disse o líder do PSDB.

PREVIDÊNCIA

Em reunião de 18 horas, governistas conseguem aprovar texto da forma como veio da Câmara e deixam a votação de destaques para a próxima terça-feira. Oposição promete manter obstruções



Roosevelt Fritheiro

FALÊNCIA Universidades terão aposentadorias em massa, afirma Alvaro Dias

Alvaro alerta para impactos da reforma

O senador Alvaro Dias (PSDB-PR) apresentou ontem documento encaminhado pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) com comentários sobre as modificações propostas pelo governo no sistema de previdência.

A conclusão da comunidade científica da Unicamp, esboçada a partir de simpósio promovido sob o tema "Impacto da reforma da Previdência na comunidade científica", é a de que, se as mudanças forem aprovadas, não restará outra alternativa ao governo senão privatizar o ensino superior, a realização de pesquisas e o atendimento à população.

O documento da Unicamp alerta que os efeitos da reforma causarão um "susto previdenciário", com o maior número de pedidos de aposentadorias da história. Acrescenta que as atividades mais comprometidas serão a produção do conhecimento, atendimento às demandas sociais e a formulação de políticas públicas. Além disso, conforme o documento da Unicamp, o ensino ficará comprometido, já que as instituições públicas ficarão impossibilitadas de atrair melhores profissionais.

Alvaro Dias também refutou uma das justificativas utilizadas na apresentação da reforma da Previdência. Para ele, enquanto o governo fala em déficit, os números oficiais apontam um superávit que, em 2002, chegou a R\$ 48,790 bilhões. O senador explicou que as estatísticas que apontam o suposto déficit desconsideram receitas previstas na Constituição para financiar a seguridade social.

CCJ aprova parecer de Tião Viana sem mudanças

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou pouco antes das 6h da manhã de ontem, por 14 votos a favor e 7 contra, o parecer do senador Tião Viana (PT-AC) sobre a proposta de reforma da Previdência Social. O parecer do líder do PT, aprovado após 18 horas de reunião, mantém na integralidade o texto aprovado pela Câmara.

Ficou decidido pelos senadores que na próxima terça-feira a CCJ voltará a se reunir para votar as emendas destacadas. Foram apresentadas pelos senadores 326 emendas ao texto da PEC. Desse total, 126 já foram rejeitadas e as 200 emendas destacadas serão analisadas pela comissão.

A oposição quer votar os destaques separadamente, mas Tião Viana informou que pretende agrupá-los em cerca de 15 blocos. Dessa forma, observou, se for rejeitada uma emenda, as demais constantes do mesmo bloco serão consideradas prejudicadas.

Na justificativa para rejeitar todas as emendas apresentadas na reunião, Tião Viana ponderou que o projeto aprovado pe-



Roosevelt Fritheiro

JUSTIFICATIVA Em seu relatório, Tião Viana argumenta que a proposta é de interesse do país

los deputados é o que mais interessa ao país e que a quase totalidade das propostas dos senadores iria alterar a estrutura da reforma. No entanto, ele admitiu que o governo deverá negociar "algumas sugestões" quando a reforma for enviada ao exame do Plenário.

— A reforma é justa ao aproximar os critérios, as condições e os benefícios dos regimes de previdência dos servidores públicos com o Regime Geral de

Previdência Social, destinado a todos os outros trabalhadores do país — disse.

Tião Viana garantiu que a reforma proposta pelo governo protege a imensa maioria dos trabalhadores no serviço público — "96% dos servidores dos estados do Nordeste e do Norte; 90% dos estados do Sul, Sudeste e Centro-Oeste, e 87% dos servidores da União".

Estudos do governo informam que a reforma propiciará aos cofres públicos uma economia nos gastos com o funcionalismo federal, estadual e municipal de R\$ 49 bilhões em 30 anos — R\$ 1,63 bilhão ao ano.

No geral, as mudanças afetam apenas os funcionários públicos, alterando sua expectativa de aposentadoria, inclusive aumentando em cerca de sete anos a idade para que todos possam se aposentar — mulheres aos 55 anos de idade e homens aos 60 anos. O projeto mantém a exigência de 30 anos (mulher) e 35 anos (homem) de contribuição para obtenção da aposentadoria. Eleva, ainda, para 20 anos o prazo mínimo de serviço público para se ter direito à aposentadoria.

Decisão foi a mais longa da comissão

Por 18 horas, senadores dos partidos de oposição ao governo (PFL, PSDB e PDT) usaram de todos os artifícios permitidos pelo Regimento Interno para atrasar a votação da reforma previdenciária na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). E, com isso, obrigou o governo a negociar. A principal manobra foi a apresentação de propostas alternativas ao parecer do relator da matéria, senador Tião Viana.

Foram apresentados ao todo sete relatórios alternativos, de autoria dos senadores Demostenes Torres (PFL-GO), Efraim Morais (PFL-PB), Alvaro Dias (PSDB-PR), Paulo Octávio (PFL-DF), Arthur Virgílio (PSDB-AM), Almeida Lima (PDT-SE) e José Jorge (PFL-PE). Esses relatórios ficaram automaticamente prejudicados

com a aprovação do parecer de Tião Viana.

Para a leitura dos três primeiros votos em separado, foram necessárias mais de oito horas, sempre intercaladas por dezenas de pedidos de questão de ordem e de esclarecimentos ou observações. O senador Arthur Virgílio, líder do PSDB, foi de longe o autor do maior número de indagações ao presidente da CCJ, senador Edison Lobão (PFL-MA). Para Virgílio, nada justificava a pressa com que a comissão estava discutindo e votando a reforma da Previdência.

O líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante (PT-SP), chegou a dizer que não entendia as razões da obstrução do líder do PSDB. Os senadores do PFL também buscavam interromper o andamento das leitu-



Roosevelt Fritheiro

OPOSIÇÃO Arthur Virgílio anuncia que fará obstrução em todas as votações do Congresso

ras, reclamando do barulho na sala de reuniões e do adiantamento da hora.

Por volta das 4h da madrugada de ontem, Arthur Virgílio anunciou que fará obstrução em todas as votações do Congresso, especialmente na Comissão Mista de Orçamento.

Simon pede auditoria na Previdência

Durante o debate sobre a proposta de reforma da Previdência, que se prolongou por toda a madrugada de ontem na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), o senador Pedro Simon (PMDB-RS) pediu urgência na elaboração de uma auditoria nas contas do setor pelo Tribunal de Contas da União (TCU).

— Enquanto o governo diz que há um déficit de R\$ 40 bilhões na Previdência, as entidades de servidores garantem que há superávit de R\$ 34 bilhões. Precisamos esclarecer isso antes de votar — sustentou Simon.

O senador defendeu a isenção da contribuição previdenciária para pensionistas e aposentados por doença e invalidez. Ele anunciou que insistirá em emenda de sua autoria que garante direitos e benefícios previdenciários a cerca de 30 milhões de pessoas.

Simon criticou ainda o comportamento dos parlamentares da base do governo e da oposição durante a reunião da CCJ, marcada por sucessivas manobras para adiar a votação do parecer elaborado pelo relator da reforma.

Sarney: episódio com ACM está superado

O presidente do Senado, José Sarney, disse ontem que considera já encerrado o incidente ocorrido na véspera no Plenário, quando teve um desentendimento com o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), que havia discordado do encaminhamento da sessão. Sarney caracterizou o fato como "episódio menor" e garantiu que não ficou abalada sua amizade de 40 anos com o senador baiano.

— Foi um episódio sem profundidade, menor, que não tem nenhuma significação. Maiores são as grandes coisas que existem no relacionamento das pessoas. Eu não tenho mais tempo para mudar de amigos — afirmou.

Para Sarney, "foi uma coisa muito pequena para atingir o maior que é a vida da gente".



Célio Azevedo

Simon quer saber se de fato há déficit



Inativos do Senado dispõem de nova área para atendimento

O 1º secretário da Mesa, senador Romeu Tuma (PFL-SP), inaugurou ontem as novas instalações da Subsecretaria de Pessoal Inativo do Senado, criada há dois anos para dar assistência aos 1,8 mil aposentados e 930 pensionistas da Casa e orientar os servidores que se encaminham para a aposentadoria. Localizado na Unidade de Apoio nº 1 do Senado, o espaço tem, de acordo com o diretor da Secretaria de Recursos Humanos, João Carlos Zoghbi, condições de acomodar os serviços e receber os servidores inativos com maior conforto.

— É uma feliz coincidência inaugurar este espaço na semana em que foi aprovado o Estatuto do Idoso e com a proximidade do Dia do Idoso (1º de outubro). Essa iniciativa é muito importante porque a pessoa leva a vida dedicada à instituição em que trabalha e, quando se aposenta, quer se sentir respeitada — afirmou Tuma.

SERVIÇO

Subsecretaria de Pessoal Inativo: (61) 311-4333 ou peessoalinativo@senado.gov.br.

Votação de duas MPs fica para a próxima terça-feira

Sem acordo para votação, as Medidas Provisórias nº 125/2003 e nº 126/2003 continuam obstruindo a pauta do Plenário. A MP nº 125 trata da instituição, no país, do Sistema de Certificação do Processo Kimberley (SCPK) para importação e exportação de diamantes brutos. O sistema se refere a um mecanismo internacional de certificação de origem dessas pedras preciosas. O principal objetivo do SCPK é evitar que, no comércio internacional, diamantes sem certificado de origem sejam usados para o financiamento de conflitos armados.

Com a aprovação da MP, ficaria proibida a entrada, no Brasil, de diamantes provenientes de áreas deflagradas, assim como a venda de diamantes brutos com origem não legalizada.

Já a MP nº 126 estabelece que a União assume a responsabilidade civil perante os danos causados por possíveis atentados terroristas, atos de guerra ou eventos correlatos contra aeronaves operadas por empresas brasileiras de transporte aéreo.

As duas medidas provisórias serão examinadas pelo Plenário na próxima terça-feira.

Suplicy saúda absolvição da nigeriana que seria apedrejada

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) saudou a absolvição, pelo Tribunal Islâmico de Apelação da Nigéria, de Amina Lawal, que havia sido condenada à morte por apedrejamento sob a acusação de adultério — ela teve uma filha fora do casamento, que deverá

completar dois anos em janeiro, mês em que ocorreria a execução.

Suplicy disse que falava em seu próprio nome e no das colegas



— O próprio presidente Lula havia oferecido asilo a Amina Lawal e pedido clemência ao governo nigeriano — disse Suplicy.

Heloísa Helena (PT-AL) e Fátima Cleide (PT-RO), que haviam pedido anistia para a acusada ao governo nigeriano.

O senador fez um histórico do caso e lembrou que Amina não teve acesso nem mesmo a um advogado de defesa.

Maranhão alerta países do G-22 para protecionismo

■ Para o senador da Paraíba, as nações mais ricas fazem da globalização uma nova forma de colonização

O senador José Maranhão (PMDB-PB), que foi observador da reunião da Organização Mundial do Comércio (OMC), em Cancún, no México, disse que é muito difícil esperar que haja convergência de interesses entre as nações ricas e os integrantes do chamado G-22, liderado pelo Brasil, incluindo países como Índia, África do Sul e boa parte dos países da América do Sul.

Maranhão avaliou que a reunião foi um fracasso em termos de cooperação internacional, deixando claro que os concorrentes comerciais do Brasil não facilitarão a vida dos países em



FRACASSO José Maranhão acha que reunião da OMC em Cancún terminou em fracasso

desenvolvimento por simples generosidade. Cabe ao G-22 encontrar caminhos próprios de desenvolvimento, seja agrícola, seja industrial.

O senador afirmou que a globalização é a forma mais perversa de colonização dos países ricos sobre os países pobres e que esse sistema internacional

empurra o Brasil para desenvolver o agronegócio, que resulta em grandes superávits comerciais e recordes de exportação para o país.

Ele alertou, porém, para a diferença que existe entre produzir para o econômico e produzir para o social. No Brasil, em que pesem os recordes de produção de grãos, boa parte da população brasileira enfrenta fome e miséria.

Para Maranhão, é utopia esperar que a Europa e os Estados Unidos diminuam seus subsídios agrícolas. Ao Brasil, resta a opção de elaborar sua política agrícola, olhando para o bem-estar das populações urbanas e rurais, em vez de continuar seguindo o receituário do Fundo Monetário Internacional (FMI).

Em aparte, o senador Mão Santa (PMDB-PI) apoiou o discurso de José Maranhão.

ACM critica corte de verbas para hospital

As propostas de Plano Plurianual (2004-2007) e de Lei Orçamentária para 2004 receberam duras críticas do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) por reduzirem os recursos destinados à Rede de Hospitais Sarah Kubitschek, especializada no tratamento de doenças do aparelho locomotor. De acordo com o senador, as propostas modificam a classificação orçamentária da instituição, que passaria a ser considerada apenas prestadora de serviços de saúde.

— Essa mudança extingue a possibilidade do Sarah pesquisar e criar novas tecnologias, formar profissionais e desenvolver ações de educação preventiva, onde reside o gran-

de diferencial do Sarah, que forma seus próprios e excelentes profissionais — disse.

Segundo o senador, no próximo Orçamento haverá redução de R\$ 32,4 milhões nos recursos destinados ao Sarah, provocando diminuição drástica no número de atendimentos. Antonio Carlos adiantou que o Congresso deverá rever esses números, o que garantiria a continuidade integral das atividades.

— É o mínimo que podemos fazer pela população, já tão carente de atendimento de saúde e que, hoje, pode contar com uma estrutura como a de que dispõe a Rede Sarah — afirmou.

O discurso recebeu o apoio dos senadores Mão Santa (PMDB-PI),



ALTERAÇÃO Antonio Carlos antecipou que lutará para mudar este item do Orçamento

Eduardo Suplicy (PT-SP), Hércilio Fortes (PFL-PI), César Borges (PFL-BA), Arthur Virgílio (PSDB-AM), Lúcia Vânia (PSDB-GO), Rodolpho Tourinho (PFL-BA) e Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN).

Virgílio desafia governo a apoiar CPI

O líder do PSDB, senador Arthur Virgílio (AM), desafiou os senadores integrantes da base do governo a assinar o requerimento de criação de uma comissão parlamentar de inquérito (CPI) para investigar as supostas irregularidades ocorridas durante a gestão do PT na cidade de Santo André (SP).

Arthur Virgílio informou que faltam apenas quatro assinaturas de senadores para que o requeri-

mento possa ser apresentado à Mesa (o número mínimo de assinaturas é de 27 parlamentares).

O líder do PSDB afirmou ainda que fez questão de assinar “sem nem ler” o requerimento de criação de CPI, apresentado pelo senador Tião Viana (PT-AC), para investigar supostos favorecimentos em licitações do Ministério da Saúde à época da gestão de José Serra, can-

didato derrotado de seu partido às eleições presidenciais.

Arthur Virgílio disse que seu partido não teme a “CPI do Serra”, mas pediu que os adversários políticos aceitem, de igual modo, a criação da CPI de Santo André e não ponham obstáculos à CPI do MST.

— Se houver mais requerimentos de investigações sobre o governo anterior, eu serei o segundo a assinar — declarou.

Patrícia destaca êxito da CPI da Exploração Sexual

A senadora Patrícia Saboya (PPS-CE) fez um balanço positivo dos três meses de funcionamento da comissão parlamentar mista de inquérito que investiga as redes de exploração sexual de crianças e adolescentes no país.

– Abriu-se uma janela neste Parlamento. Uma janela que tem nos mostrado histórias de um Brasil real, um Brasil que nos entristece, que nos deixa indignados, que nos apresenta as misérias da alma humana.

Mais de 300 denúncias já foram encaminhadas à CPI, cuja missão, conforme assinou a presidente do colegiado, não se restringe a desbaratar redes criminosas envolvidas nessa prática.

Ela atribui o êxito da CPI ao esforço dos senadores e deputados que participam do colegiado, reforçado pela mobilização da sociedade. Patrícia

mencionou, a propósito, a prisão de políticos e empresários acusados de abusar sexualmente de crianças e adolescentes.

Embora seja um instrumento vigoroso na cruzada contra a exploração sexual, Patrícia

disse que o trabalho da comissão só surtirá efeitos permanentes se forem garantidas políticas capazes de assistir as crianças e suas famílias e se houver mudanças na legislação penal, que dificulta a punição dos criminosos.

Em apartes, Rodolpho Tourinho (PFL-BA), Eduardo Suplicy (PT-SP) e Mão Santa (PMDB-PI) elogiaram o empenho da presidente da CPI da Exploração Sexual em combater essa prática criminosa e cobrar do poder público uma nova perspectiva de vida para crianças e adolescentes vítimas desse tipo de violência.



Segundo Patrícia, a comissão já recebeu mais de 300 denúncias

Subcomissões de CPI vão fazer investigação em vários estados

A partir de sugestões do relator da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) Mista do Banestado, deputado José Mentor (PT-SP), os integrantes do colegiado decidiram ontem criar oito subcomissões para investigar os casos de evasão de divisas no país. As subcomissões farão diligências a partir de orientações do relator e terão 20 dias para concluir os trabalhos.

Serão feitas investigações nas cidades de Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba, Foz do Iguaçu (PR), São José do Rio Preto (SP), Campinas (SP) e Belo Horizonte, além de Montevidéu, capital do Uruguai.

Segundo o relator, cada diligência terá a presença de pelo menos um dos membros da direção da comissão de inquérito. Mentor prometeu que até a próxima quarta-feira apresentará o detalhamento das dili-

gências de cada subcomissão. Ele destacou que algumas das atividades têm caráter sigiloso.

O trabalho das subcomissões, de acordo com o relator, terá como base de apoio as assembleias legislativas ou as câmaras de vereadores. Os senadores Heráclito Fortes (PFL-PI)



Heráclito pede cautela para que comissão não se transforme em palanque

e Magno Malta (PL-ES) sugeriram cautela nas investigações nos estados, para que a CPI não se transforme em palanque e acabe por expor nomes de pessoas sem a proteção e o rigor necessários. Mentor concordou que não se pode confundir seriedade e serenidade nas declarações públicas com qualquer iniciativa de abafar as investigações.

– Quanto mais se particulariza a investigação, maior o interesse específico de cada um. A dimensão da CPI não pode ser paraguiana – afirmou.

Azeredo cobra liberação de recursos para metrô

O atual governo quase não tem destinado dinheiro para obras do setor, afirma o parlamentar

Ao anunciar a instalação, ontem, de uma frente parlamentar em defesa do transporte público, o senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) cobrou do governo federal a liberação dos recursos previstos para a construção de metrô no país, em particular o de Belo Horizonte. Ele disse que “em anos anteriores houve problemas na alocação de dinheiro para essa obra, mas agora, no governo Luiz Inácio Lula da Silva, a liberação praticamente deixou de ser feita”.

Na avaliação do senador, o



PROVIDÊNCIA Eduardo Azeredo defendeu a conclusão do metrô de Belo Horizonte

problema do transporte público no país, principalmente o realizado por trens e metrô, precisa ser encarado de forma mais adequada. Ele ressaltou que o número crescente de veículos nas ruas e a ausência de obras estruturais dificulta a vida das pessoas, que terão de enfrentar, cada vez mais, engar-

rafamentos nas grandes cidades do país.

Eduardo Azeredo lamentou que, em audiência pública promovida pela Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI), nem sequer tenha sido comentada a perspectiva de novos investimentos no setor. Ele observou que parte do tempo da reunião foi utilizada para críticas ao governo anterior.

O parlamentar salientou que, enquanto o governo não define um plano para concluir os metrô já iniciados, alguns acidentes têm ocorrido. Ele citou o caso de uma criança que morreu ao cair em um fosso de elevador de oito metros, numa das estações do metrô que está sendo construído em Belo Horizonte. Também relatou um acidente envolvendo dois trens na capital mineira.

Borges defende transporte mais barato

Ao afirmar que 56 milhões de brasileiros não usam o transporte público urbano por absoluta impossibilidade de pagar as altas tarifas, o senador César Borges (PFL-BA) disse ontem que o problema deve ser incluído na agenda social do governo. Ele apoiou a reivindicação feita por prefeitos para aplicação de 25% dos recursos provenientes da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide) no desenvolvimento e barateamento desse tipo de transporte.

César Borges informou que integrantes da Frente Nacional de Prefeitos e do Fórum Nacio-

nal dos Secretários e Dirigentes de Transporte, reunidos na capital baiana, elaboraram a Carta de Salvador, com vários pleitos. No documento, eles propõem a imediata queda do preço do óleo diesel em 50% para o transporte urbano, medida que poderia trazer uma redução de 10% nos preços das tarifas de transporte.

Desoneração

Conforme César Borges, os prefeitos pedem ainda a desoneração das tarifas, sugerindo medidas como tratamento dos insumos de transporte urbano como item da cesta básica. Também pleiteiam a desone-

ração dos custos da folha de pagamento das empresas de transporte público por meio da tributação no faturamento, e não no salário, relatou.

César Borges ressaltou que os prefeitos das principais capitais brasileiras assumiram o compromisso de contribuir diretamente para se encontrar um meio de reduzir o preço das tarifas de transporte urbano.

Na opinião do representante da Bahia, é imprescindível a adoção, no país, de uma nova política nacional de transporte público de qualidade e acessível para todos, “uma vez que o atual modelo se esgotou”.

Papaléo quer melhor controle de infecções nos hospitais

O senador Papaléo Paes (PMDB-AP) anunciou que vai apresentar projeto de lei determinando a obrigatoriedade de manutenção, pelos serviços de saúde de todo o país, de Programa de Controle de Infecções na Assistência à Saúde. Ele chamou a atenção para os altos índices de infecção registrados em hospitais e serviços de saúde pública no país, com base em dados, que considerou alarmantes, do Ministério da Saúde

Os estudos demonstram, segundo o senador, que o índice de pacientes com infecção é de

13,1%. O Sudeste apresenta maior incidência, com 16,4%, seguido do Nordeste, com 13,1%.

A proposta de Papaléo é que os estabelecimentos de saúde só sejam autorizados a funcionar se o poder público aprovar seu programa de controle de infecções. A inobservância da legislação constituiria infração à legislação sanitária.

– A iniciativa procura ampliar o amparo da legislação, evitando que vidas humanas sejam ceifadas, quando podem beneficiar-se de medidas preventivas, como as sugeridas na proposição.



PROPOSTA Papaléo anuncia que vai propor adoção de programa obrigatório

Em aparte, o senador João Capiberibe (PSB-AP) elogiou a iniciativa, enquanto Eduardo Azeredo (PSDB-MG) alertou para a necessidade de se aplicarem os recursos definidos pela Constituição no setor de saúde.

Capiberibe condena a liberação dos transgênicos

Senador considera "ilegítimas" pressões dos produtores gaúchos que usam sementes proibidas

O senador João Capiberibe (PSB-AP) condenou ontem a decisão do governo Lula de editar uma medida provisória (MP) liberando o plantio, no país, de soja geneticamente modificada.

Ao procurar legalizar a exploração da cultura, o governo federal estaria cedendo a "pressões ilegítimas" de agricultores do Rio Grande do Sul, que desde a gestão passada já cultivariam sementes transgênicas contrabandeadas da Argentina, e assumindo o risco de envolver o país em uma crise política, advertiu o parlamentar.

– Se essa medida provisória for aprovada, estaremos dian-



ILEGALIDADE Capiberibe alega que produtores compraram sementes contrabandeadas

te de uma ação guiada pelo princípio da afoiteza e não pelo princípio da precaução – afirmou o senador.

No seu ponto de vista, a legalização do plantio de soja transgênica por meio de medida provisória não deveria sequer ser cogitada. Além de afrontar os Poderes Executivo e Judiciário, a iniciativa desrespeitaria a opinião dos consumidores bra-

sileiros que, em sua ampla maioria, seriam contrários à comercialização do produto.

A discussão do assunto no âmbito do governo, segundo observou Capiberibe, também tornou públicas divergências ministeriais. Enquanto os ministros da Agricultura, Roberto Rodrigues, e do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, Luiz Fernando Furlan, defendiam a liberação do cultivo, a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, adotava "uma postura de cautela, pela incerteza das consequências econômicas, políticas, sociais e ecológicas da medida", conforme relatou o senador.

João Capiberibe também apontou vícios de legalidade na futura medida provisória. Ele lembrou que não é permitido no país o plantio de transgênicos sem prévia autorização dos órgãos encarregados de fiscalizar o meio ambiente, a saúde pública e a agricultura.

Sibá critica líder de agricultores gaúchos

O senador Sibá Machado (PT-AC) acusou o presidente da Federação da Agricultura do Rio Grande do Sul (Far-sul), Carlos Sperotto, de fazer a apologia do crime e de induzir ao crime os agricultores gaúchos ao declarar, em entrevista à *Folha de S. Paulo*, que o uso de sementes transgênicas de soja é irreversível para este ano.

Segundo Sibá, a declaração de Sperotto – "nem Jesus Cris-



Sibá denunciou Sperotto ao Ministério Público por apologia ao crime

to poderia evitar a continuidade do plantio de transgênicos" – é uma agressão à Lei nº 8.974/1995, que proibiu o plantio de transgênicos.

Sibá disse desconhecer como pode ter ocorrido o plantio de forma extensiva, como ocorreu no Rio Grande do

Sul, e informou que, juntamente com a senadora Ideli Salvatti (PT-SC) e o deputado Zico Bronzeado (PT-AC), denunciou

Sperotto ao Ministério Público "por incitamento ao crime".

Segundo o senador, ele integra um grupo de parlamentares que apresentou ao governo federal sugestão de medida provisória para resolver o problema no Rio Grande do Sul: o governo federal compraria toda a safra gaúcha de soja modificada de 2003; para garantir o plantio, o governo ofereceria, em regime de troca, sementes de soja convencional, além de garantir a exportação do produto para países que importam grãos modificados; e o dinheiro resultante seria investido em pesquisa sobre o tema.

Ideli adverte para prejuízos dos produtores catarinenses

A senadora Ideli Salvatti (PT-SC) disse estar acompanhando, com atenção e preocupação, a decisão anunciada pelo governo federal de editar medida provisória para liberar no país o plantio de soja geneticamente modificada.

Embora haja a tendência de a discussão sobre o assunto se dividir entre as posições dos adeptos da causa da ecologia e do agronegócio, a senadora sustentou ontem que os empresários do setor agrícola de Santa Catarina seriam profundamente prejudicados com a legalização da transgenia.

Segundo a parlamentar, lei estadual já proíbe o plantio e a comercialização de alimentos



Ideli pede análise serena antes de se decidir sobre os transgênicos

geneticamente modificados em Santa Catarina. Com uma produção agroindustrial significativa e destinada, em grande parte, ao mercado externo, o estado poderia amargar prejuízos financeiros e econômicos com a liberação do cultivo de transgê-

nicos, alertou.

– Produtores de frango de Santa Catarina que foram obrigados a comprar milho transgênico no Paraguai tiveram contratos de exportação para a Europa suspensos – relatou.

Ideli Salvatti defendeu uma análise serena do problema focada nos interesses da população brasileira e da diversidade econômica do país.

Fátima diz que discussão é fruto de lobby de empresa

A senadora Fátima Cleide (PT-RO) denunciou que a possível liberação do plantio de soja transgênica atenderia, na realidade, ao lobby da empresa Monsanto, que exporta a tecnologia e cobra royalties pelas sementes geneticamente modificadas. Os argumentos utilizados para a aprovação dos produtos transgênicos seriam uma jogada de marketing da empresa, acrescentou.

– Não é da transgenia ou da biotecnologia que estamos tratando quando nos colocamos



Para Fátima Cleide, empresa Monsanto faz jogada de marketing

contra a sua liberação no Brasil. Estamos tratando do lobby de uma grande empresa de biotecnologia, que quer lançar também no Brasil mais esse produto, a qualquer custo, sem compromisso com nossas prioridades sociais ou econômicas, e sem o assentimento informado da sociedade – disse.

Segundo Fátima, a empresa não se compromete com os possíveis efeitos negativos da soja transgênica para a saúde humana.

Garibaldi alerta para crise nas universidades públicas

O senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) advertiu que se não houver uma solução para a crise financeira da universidade pública brasileira, o futuro do país estará comprometido e milhões de jovens que cursam hoje os ensinos fundamental e médio não conseguirão fazer um curso superior.

– Esse é um tema que precisa ser aprofundado, e não adianta argumentar que a universidade particular supre as lacunas. A universidade particular tem que ser apenas um complemento – disse Garibaldi.

O senador citou números da dívida de grandes universidades federais, como a do Rio de

Janeiro, a do Rio Grande do Sul e a do Rio Grande do Norte, para mostrar a situação de inviabilidade a que chegaram.

Em aparte, o senador José Maranhão (PMDB-PB) disse que a inserção do Brasil no mundo globalizado pode ser comprometida pela crise da universidade pública, que dei-

xaria de formar os cientistas e profissionais necessários. Para Ney Suassuna (PMDB-PB), falta à universidade pública maior praticidade nos currículos, enquanto o senador Augusto Botelho (PDT-RR) disse que a universidade pública é o local para a pesquisa, para a experimentação.

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Romeu Tuma, Heráclito Fortes, Augusto Botelho e Mão Santa